



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Dimitri Martin Stepanenko.

04/13798

MARX, DEBORD E O ESPETÁCULO.

Brasília

2012

Dimitri Martin Stepanenko

04/13798

MARX, DEBORD E O ESPETÁCULO.

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Pedro Gontijo

Brasília

2012

2

Resumo: apresentação de conceitos essenciais da obra de Karl Marx, encontrados de forma embrionária na sua obra *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*; posteriormente, exposição dos principais conceitos da obra *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord, à luz dos conceitos marxistas apresentados na primeira parte, conectando-os à uma mesma corrente de pensamento e posicionando as análises de Debord como atualizações do pensamento crítico de Marx.

Palavras-chave: Sociedade do Espetáculo, Trabalho, Alienação, Capitalismo, Debord, Marx.

Índice

- **Introdução..... p.5**

- **1 - Os Manuscritos Econômico-Filosóficos..... p.8**
- **1.1 - Apresentação..... p.8**
- **1.2 – Trabalho..... p.10**
- **1.3 – Alienação..... p.17**
- **1.4 – Materialismo Histórico..... p.19**
- **2 - Os Situacionistas e Debord..... p.22**
- **2.1 – Apresentação..... p.22**
- **2.2 – Crítica da Sociedade..... p.29**
- **2.3 – Espetáculo e Mercadoria..... p.35**
- **2.4 – Proletariado e Burguesia..... p.39**
- **2.5 – Espetáculo Difuso e Espetáculo Concentrado..... p.42**
- **3 – Considerações finais..... p.46**
- **4 – Referências..... p.51**

Introdução

O objetivo do presente trabalho é uma apresentação e análise da obra de Debord, *A Sociedade do Espetáculo*, contextualizando-a em sua época e no grupo a qual Debord pertencia, a Internacional Situacionista. Ao mesmo tempo mostrar o quanto dos conceitos de Debord são uma continuação e atualização crítica de conceitos de Karl Marx. Para isso, usei como base de comparação os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, obra publicada algumas décadas após sua morte, da qual será feita uma exposição antes da apresentação da obra de Debord e dos situacionistas.

O motivo da escolha dos *Manuscritos* como texto base reside na semelhança estilística que há entre tal obra e *A Sociedade do Espetáculo*. O primeiro é discursivo, fruto de notas e comentários a cerca das obras de economia política de autores da época de Marx (Adam Smith, David Ricardo e outros); o segundo, um livro de teses contundentes, algumas das quais não passam de uma frase, geralmente forte. Apesar dessas diferenças, a semelhança ocorre nas formas de escrever sentenças e também certo humor sarcástico que pontua algumas colocações de ambos (em Marx, podemos encontrá-lo também em outras obras, como em *A Ideologia Alemã*).

A escolha dos *Manuscritos* como texto base, além da semelhança citada, deve-se também ao fato de que nesta obra encontramos os principais conceitos de Karl Marx de forma embrionária – posteriormente desenvolvidos e amadurecidos ao longo de suas obras. Pouco explorado, os *Manuscritos* ainda não estão carregados de interpretações e doutrina partidária, permitindo uma leitura mais "pura".

Nos *Manuscritos* já podemos encontrar o germe da teoria desenvolvida posteriormente em *O Capital*. E, mais importante, com esse germe já se pode

vislumbrar um projeto de prática, essa que deve ser revolucionária e a partir dela própria, afirmar sua verdade teórica (a verdade teórica só é verdade quando desenvolvida e aplicada na prática). Esse tipo de pensamento, da verdade prática é tipicamente marxiano (veja-se a décima primeira tese sobre Feuerbach) e amplamente aceito e utilizado por Debord, usado para a construção de suas teses e para as práticas que fazia nos seus grupos.

As análises de Marx são a crítica do capitalismo em sua gênese, a partir de seu berço industrial, sem o vislumbre de como se desenvolveria; assim, Debord faz a análise do que o capitalismo se tornou. Além de algo "tornado" (que se tornou algo), o capitalismo é também outro tornar-se, ou seja, Debord faz a crítica da nascente Sociedade do Espetáculo (a sociedade tornou-se capitalista, e o capitalismo tornou-se Sociedade do Espetáculo – esta nada mais é que o próprio capitalismo se aperfeiçoando), e suas expectativas afirmam-se década após década. O reino da aparência afirma-se como verdade invertida com mais vigor que nunca. A mercadoria domina todas nossas formas de socialização. O bloco socialista, o modelo soviético de sociedade, não passou de um capitalismo de Estado e sua sustentação fez parte da unidade espetacular, fazendo, como dizemos, a roda girar (no caso, a roda dos poderes estabelecidos).

Com a atualização da crítica de Marx, Debord nos dá ferramentas teóricas para analisarmos as coações e o reino fetichista da mercadoria, que talvez só com a obra inicial de Marx não conseguiríamos visão tão aguçada e contemporânea. Em alguns pontos, Debord atualiza ao ponto de negar¹ a concepção marxista, como o caso da análise histórica das classes: o proletariado e a burguesia. Apresentarei tais divergências, principalmente esta das noções de classe, que são fundamentais para entendermos a história da economia e também, mais especificamente, certas seções da obra de Debord.

¹ (pode-se dizer *suprassumir*, conceito hegeliano que Marx utiliza, cujo significado é negar e ao mesmo tempo, de forma positiva, substituir – o comunismo seria uma suprassunção do capitalismo, no conflito de classes entre proletariado e burguesia)

Enfim, espero que este trabalho contribua minimamente que seja para uma leitura mais séria de Debord (e por que não também de Marx), valorizando-o como pensador (apesar de não ser um acadêmico, quase uma premissa para se ser um pensador a partir do século XX) e como revolucionário. Assim como Debord tinha convicção da força de suas teses, também o tenho. Por isso minha leitura de Debord é ao mesmo tempo análise e afeto.

1 - Os Manuscritos Econômico-Filosóficos

1.1 - Apresentação

O que são estes manuscritos, publicados algumas décadas após a morte de Marx, se não um gérmen, uma proto-crítica, de sua grande obra, *O Capital*? Escrito quando Marx tinha ainda vinte e seis anos, os textos presentes nos *Manuscritos* estão impregnados de suas noções filosóficas de mundo, de sua visão crítica da recém-nascida Economia Nacional, de sua grande diferença, apesar de também grande influência, de autores como Adam Smith e David Ricardo e também apresenta já um esboço de sua crítica ao filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel – sua grande influência, junto com os economistas.

Noções e conceitos como trabalho, capital, dinheiro, renda fundiária, vida genérica humana, sentidos, necessidade e liberdade, burguesia e proletariado, *suprassumir* (Aufheben) são já desenvolvidos nesses *Manuscritos de 1844*, assim também chamados (*Manuscritos de Paris* idem). O conceito de trabalho é um dos conceitos capitais, para fazer um perverso trocadilho, na obra de Marx e aqui, nos *Manuscritos*, já mostra sua força. O trabalho é a essência do homem – o humano só é humano quando produtivo e sua história social é a história de suas forças produtivas, das instituições que gera, da cultura que nasce em simbiose com o processo produtivo. Homem e Natureza identificam-se na produção. Daí a crítica de Marx ao trabalho alienado, que *coisifica* o homem, o tira de sua natureza humana e torna-o mercadoria para os que detêm o capital e podem comprar tal mercadoria – ou melhor, precisam comprar tal mercadoria. E num processo recíproco fazem-se senhor e escravo, burguês e proletário.

Uma idéia mais desenvolvida, porém, do materialismo dialético como forma de pensar a história e agir politicamente ainda não está exatamente implícita nestes *Manuscritos*. Marx elabora uma análise ainda primordial, mais estática do que o materialismo dialético. Sua convicção na práxis já existia, mas não ainda a definição concreta. As Teses Sobre Feuerbach, onde encontramos a famosa 11ª Tese², foram escritas um ano após os *Manuscritos*.

² "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, agora convém mudá-lo."

1.2 - Trabalho

O trabalho, para Marx, é o que caracteriza a espécie humana. É a partir do trabalho que o homem se faz e se relaciona com a natureza; a partir do trabalho, dessa relação com a natureza, que a história humana acontece. E essa relação com a natureza também se dá no trabalho intelectual e artístico, não só no chamado trabalho manual, afinal é pensando a natureza e a nós mesmos que transformamos várias peculiaridades de nossa realidade social, cultural, moral. O trabalho é a mediação entre homem e natureza e é onde, hegelianamente, sujeito e objeto se igualam, ou melhor, fazem-se reciprocamente.

As diferenças entre diversas sociedades, temporais e geográficas, podem ser vistas pelo viés do trabalho – ou seja, como uma sociedade se relaciona com a natureza, como uma sociedade se sustém. O conceito de trabalho, em Marx, é basicamente um conceito antropológico, pois através de sua análise definem-se, até certo ponto, suas instituições jurídicas, religiosas, etc. A sociedade e suas representações culturais, se assim podemos colocar, são frutos do *como* os homens se relacionam com a natureza e, portanto, *como* é disponibilizado socialmente o trabalho na sociedade.

Um dos aspectos principais das sociedades humanas é, para Marx, o trabalho como relação do homem com a natureza. É através desta relação que os indivíduos sociais produzem a si mesmos e se reproduzem como sistema social e político - é característica do ser genérico do homem, é característica genérica do ser do homem, diz Marx.

O trabalho, numa perspectiva mercantilista, é o que *valoriza* a matéria bruta. Trabalhando a matéria-prima, tiramos suas conseqüências, que estão investidas de

trabalho, portanto valem mais do que no estado bruto. O trabalho é um investimento de energia na natureza, um dispêndio de energia do homem para transformar a natureza bruta em algo *utilizável* (essa noção de uso é levada às últimas consequências na produção capitalista, dando o salto da utilidade para a aparência – esse desenvolvimento é pomenorizado por Debord, explicitando suas consequências).

A partir desse contexto do conceito de trabalho, pode-se delinear o que é a crítica de Marx ao trabalho – especificamente, ao trabalho *alienado*. Marx propôs a eliminação do trabalho? Se considerarmos o trabalho como trabalho *alienado*, então sim. E é justamente este o ponto da crítica de Marx ao capitalismo. No modo de produção capitalista encontramos o auge da alienação no trabalho; o trabalho que mais coisifica o homem na história. Quando Marx fala da emancipação do operário ele não aponta somente para emancipação dessa classe em específico, mas de toda a humanidade – a questão é que o operário está reduzido ao mais alto grau do trabalho alienado. Sua emancipação deve condizer também com a emancipação de todo trabalho alienado. Uma nova sociedade, baseada numa nova relação com a natureza, onde o trabalho seja livre, onde não existam homens-mercadoria.

Como se caracteriza o trabalho alienado na sociedade ocidental-capitalista? O que Marx descreveu? A nascente industrialização do trabalho. No esquema capitalista nascente, o trabalho é dividido, o capital não é do trabalhador, mas do chamado capitalista, que compra a força de trabalho do homem que vende e se vende. O trabalhador não é mais dono do fruto de seu trabalho – ele é dono somente do seu corpo, que detém sua força de trabalho, e vende-o como mercadoria, pois assim lhe é imposto: ou a miséria da fome ou a miséria do trabalho, que não passa, basicamente, de escravidão assalariada, pois o salário não passava do necessário para a subsistência do trabalhador e sua família. O salário é um mínimo para se manter a classe trabalhadora viva e, portanto, disponível como força de trabalho para os capitalistas.

Afastado da posse das ferramentas, da propriedade do local de trabalho, e do produto final de seu trabalho, o operário industrial é o exemplo máximo do trabalho alienado. Comentando Adam Smith, Marx diz:

"Ele nos diz que, originária e conceitualmente, o *produto total* do trabalho pertence ao trabalhador. Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (*Wirklichkeit*), ao trabalhador pertence a parte mínima e a mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores."

(MARX, 2004,p. 28)

A partir dos próprios economistas liberais Marx consegue expor a atitude desumanizante que é o trabalho industrial – o trabalho alienado em seu mais alto grau – explícito nos próprios princípios da ciência econômica. O salário como um valor mínimo que mantém o trabalhador somente como trabalhador, tirando-lhe sua humanidade em todos os aspectos de sua vida e não só no trabalho. Trabalha-se para sobreviver e não viver. Claro que essa situação salarial mudou no século XX³, mas mudou justamente com a instauração do espetáculo⁴. Referindo-se ainda à chamada economia nacional, representada mormente por Adam Smith e David Ricardo, Marx diz:

³ Apesar de muitos países de terceiro mundo ainda apresentarem um quadro semelhante às indústrias do século XIX, com um salário mínimo que muitas vezes sequer arca com a subsistência mínima, sendo necessária a assistência do Estado.

⁴ Essa questão do salário e do consumo é abordada na apresentação das idéias de Debord, que como constitui uma atualização da crítica de Marx ao modo de produção capitalista; Debord analisa a abundância de mercadorias gerada pelo modo *fordista* de produção.

"É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como *trabalhador o proletário*, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho (*arbeitslose Zeit*), mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social (*Bettlevoigt*)" (MARX, 2004, p.30)

Antecipando um pouco meus comentários, aqui gostaria de colocar a situação mais atual, onde o tempo *livre-de-trabalho* tornou-se tempo de *consumo passivo*, muito bem analisado e descrito por Debord em seu livro *A Sociedade do Espetáculo* – excluindo aqui, obviamente, as situações que ainda são muito semelhantes com as indústrias do século XIX.

O trabalhador não passa de um animal de carga, onde não são previstos, dentro de seu salário, várias acomodações da vida necessárias para se garantir algo além de uma sobrevivência, além do valor da *ração* e da *moradia* – claramente uma moradia subumana, como se pode vislumbrar pelas descrições dos bairros operários londrinos do século XIX, ou até pelo romance brasileiro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo e também as favelas, onde a omissão do Estado em dar infraestrutura acarreta em características semelhantes – uma *moradia* amontoadas, com falta de privacidade e, na maioria dos casos, completamente insalubre, tanto em termos físicos, com sujeira e esgoto, como em termos psicológicos, onde a convivência íntima é forçada pela falta de espaço físico. Ainda sobre o salário de subsistência, Marx escreve, ainda comentando Adam Smith:

"A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (*simple humanité*), isto é, com uma **existência animal**." (MARX, 2004, p.24)

O trabalhador reduzido à condição de mercadoria fica à mercê das próprias leis de mercado, ou seja, da oferta e da procura. Quando numa determinada cidade a "oferta" de trabalhadores é maior que a procura, induz-se – e realmente acontece – que uma parte dessa população de trabalhadores acaba recaindo na condição de miséria e, muitas vezes, à morte pela fome. Quando a oferta é menor, também o capitalista reduz o salário, a fim de manter sua taxa de lucros a mesma e/ou minimamente alta (repare que não é sequer manter a subsistência da produção, mas sim o lucro).

A instauração da divisão do trabalho também foi uma das grandes inovações perversas da crescente industrialização. Com a divisão do trabalho, o capitalista consegue acumular mais e o trabalhador se reduz mais ainda à uma função mecânica de trabalho – até que ponto o operário trabalha *com* a máquina e até que ponto trabalha *como* máquina. A crescente divisão do trabalho (estou levando em conta a divisão logística dentro das fábricas e não as já existentes, como divisão de gênero e idade) nas fábricas do século XIX aumentou em muito a produtividade, aumentando, conforme a lógica da produção, o lucro do capitalista proprietário, mas ao mesmo tempo conduzindo cada vez mais o operário a um trabalho mecânico e cada vez mais alienado, no sentido aqui empregado, "enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [a condição de] máquina" (MARX, 2004, p. 29).

Com a divisão do trabalho, pode-se chegar ao ponto do operário não saber ao certo o produto final de seu dispêndio; as etapas do processo produtivo ficam mais e mais especializadas e os movimentos físicos exigidos cada vez mais minimalistas e repetitivos, levando o trabalho de um operário de uma fábrica a ser um trabalho completamente alienado e exaustivo. A população de trabalhadores, reduzida à condição de mercadoria e regida pela lógica mercantilista de oferta e procura, tendo que vender

sua força de trabalho a qualquer custo, pois são considerados com sorte os que estão empregados, é "reduzido corpórea e espiritualmente à condição de máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga" (MARX, 2004, p.26).

Para fechar essa noção do trabalho e do trabalhador reduzido à condição de mercadoria, na descrição da *economia nacional*, levando em conta o que ela, como discurso, prega, e como ideologia, reforçando o posicionamento a favor do capitalista, temos:

"Segundo o economista nacional, enquanto o trabalho é o único meio pelo qual o homem aumenta o valor dos produtos da natureza, enquanto o trabalho é sua propriedade ativa, na opinião da mesma economia nacional o proprietário fundiário e o capitalista – que, enquanto proprietário fundiário e capitalista, são meramente deuses privilegiados e ociosos – sobrepujam por toda parte o trabalhador e lhe ditam leis." (MARX, 2004, p. 29)

Marx, usando textos e livros da própria economia nacional ao qual faz sempre referência, usando de seus próprios conceitos, consegue averiguar a carga ideológica e *a-crítica* dessa suposta ciência econômica, concluindo toda a descrição da condição do trabalhador na crescente industrialização da produção – e, portanto, da relação do homem com a natureza – esboçando, nos *Manuscritos*, sua principal crítica ao sistema do capital, este bem perverso e desumano.

Da análise das relações de trabalho e dessas relações na história, Marx desenvolve metodologia de *consciência histórica*. Nesse sentido, mais desenvolvido com a maturidade do *materialismo histórico*, a produção intelectual e filosófica deve visar uma união com a prática e não limitar sua abrangência aos gabinetes e departamentos de universidades. Essa noção prática é objetivamente expressa pela *11ª Tese Sobre Feuerbach*. A idéia de história, numa perspectiva marxista, não deve ser

uma mera constatação de fatos e datas. A história deve ser entendida de forma dialética. Debord exprime muito bem essa noção na *Tese 75 da Sociedade do Espetáculo*:

"...a dialética, a idéia que já não se detém na busca do sentido do sendo, mas que se eleva ao conhecimento da dissolução de tudo o que é." (DEBORD, 2009, p. 50)

O verbo ser no gerúndio, "sendo", expressa o limite que a idéia de história não-dialética detém como método – no máximo, tenta alcançar um entendimento do estado de coisas atuais com uma busca do decorrer da história. Não almeja, a partir desse entendimento, praticar uma mudança real no estado atual. De qualquer forma, essa noção *materialista* da história e da práxis não é presença intensiva nos textos dos *Manuscritos*.

1.3 – Alienação

Com a noção de trabalho exposta, junto com o contexto do trabalho na ascensão da sociedade industrial, temos uma exposição conjunta do que Marx conceituou como alienação. Os objetos produzidos são carregados de sentido e muitas vezes acabam por "valer" mais do que realmente são, alheia-se do homem sua essência no objeto – assim ocorre nas religiões, onde as potências humanas são projetadas nos deuses. Segundo Erich Fromm, a primeira vez que essa noção de alienação foi exposta no pensamento ocidental foi através do conceito crítico de idolatria, desenvolvido no Antigo Testamento – podemos dizer também que Marx combate mais os ídolos do que os deuses, com seu ateísmo militante. Com a crítica à idolatria, encontramos justamente um questionamento sobre os homens adorarem mais a um ídolo, construído pelas mãos humanas, resultado de seu trabalho, reverenciando-os mais que a Deus (levando em conta o posicionamento do Antigo Testamento). Idolatrando ídolos (redundância no mínimo engraçada), os homens:

"transferem às coisas de sua criação os atributos de sua própria vida, e em vez de experienciar-se com a pessoa criadora, só entra em contato consigo mesmo através da adoração do ídolo. Eles se alheiam às forças de sua própria vida, à riqueza de suas próprias potencialidades, e só entra em contato consigo mesmo de maneira indireta, submetendo-se à vida congelada nos ídolos."

(FROMM, 1962, p. 52)

Fromm ainda adiciona que esta adoração está também presente no "espírito" de fanáticos (ou seja, pode-se aplicar seu funcionamento para entender o tipo *fanático*): uma pessoa fanática está relativamente morta, deprimida, mas, para compensar seu estado de depressão e insensibilidade interior, escolhe um ídolo, seja o Estado, um partido, uma idéia, a igreja, ou Deus. Converte esse ídolo no Absoluto e submete-se-lhe de maneira total. Assim, a vida do fanático ganha sentido e logra entusiasmo na submissão ao Ídolo escolhido – mas este entusiasmo não é natural e saudável, uma alegria de um relacionamento produtivo; é um falso entusiasmo, gerado por uma

patologia (que o diga Wilhelm Reich, em sua obra *Psicologia de Massas do Fascismo* – análise detalhada da ascensão do nazismo na Alemanha dos anos 20 e 30, principalmente focado nas relações emocionais e afetivas da baixa classe-média, que fez grande coro com o Partido Nacional-Socialista Alemão).

Para Marx, na sociedade industrial temos a alienação maciçamente presente no trabalho, como expus anteriormente. O trabalho, como relação ativa do homem com a natureza, perde sua característica "natural" na industrialização e torna-se um movimento de *estranhamento* do trabalhador⁵. O objeto produzido é um *ser estranho* ao trabalhador envolvido na produção e sua produção não é a realização do trabalhador, mas sim um constrangimento de sua vida como humano. O trabalhador de uma indústria nega-se a si mesmo ao invés de realizar-se numa atividade apaixonada e espontânea. Enfim, o homem aliena-se da sua essência, imerso numa existência de sobrevivência, alheio a si próprio e aos outros homens, perde-se numa vida mecânica e repetitiva, de árduo trabalho e pouco descanso.

⁵ Na realidade, no trabalho manual e artesão, já existia uma carga de alienação, mas muito longe do cume que alcançou a produção em larga escala, ou seja, a indústria.

1.4 – Materialismo histórico

O conceito de *materialismo histórico*, com que se caracteriza a perspectiva marxista, pode-se entender como um princípio de pesquisa que tem como origem o homem real, em suas relações sociais e produtivas. Karl Marx não parte das correntes filosóficas e científicas para fazer um retrato da realidade que o cerca. Este *materialismo histórico* não é o mesmo presente em algumas correntes filosóficas do século XIX. O materialismo de Feuerbach é criticado por Marx:

"Até agora, o principal defeito de todo materialismo (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, o mundo sensível só são apreendidos sob a forma de objeto ou intuição (contemplação), mas não como *atividade humana sensível*, enquanto *práxis*, de maneira não subjetiva. Em vista disso, o aspecto ativo foi desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo – mas só abstratamente, pois o idealismo naturalmente não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensamento; mas ele não considera a própria atividade humana como atividade objetiva." (MARX, 2002, p.99)

Para Marx, o tema da história, portanto, não são as idéias dos homens, o progredir dialético do pensamento. Deve-se inverter o idealismo hegeliano, de uma realização da filosofia no decorrer histórico dos conceitos para uma filosofia do real – ou seja, partir originariamente das vivências objetivas e imediatas da atividade humana. Devemos analisar a história a partir das condições naturais e as mudanças que o homem aplica a essas condições no decorrer da história. Essas mudanças são pertinentes exclusivamente à espécie humana, pois são decorrentes da relação única que o ser humano mantém com a natureza, ou seja, produz seus próprios meios de subsistência modificando e condicionando a natureza ao seu redor.

Uma visão materialista da história leva em conta justamente esse ato de produção dos próprios meios, pois sendo o homem um ser que produz sua própria subsistência, "indiretamente está produzindo sua vida material real" (MARX, 2002, p.11). Por isso Marx dá tamanha importância aos modos de produção nas sociedades ao longo da história. Para entender e analisar a "vida material real" é imprescindível o conhecimento de como determinada sociedade está *se produzindo*. O que os homens são "coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* eles produzem" (MARX, 2002, p.11).

O trabalho é central, já que é ele que medeia a relação entre homem e natureza. É o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza. O trabalho é a expressão da vida humana e através dele se altera a relação do homem com a natureza; por isso, através do trabalho, o homem transforma a si mesmo. Assim distingue-se a história humana da história natural. A História humana é a da transformação reflexiva do homem com a natureza (como dito anteriormente, na apresentação do conceito de trabalho).

As mudanças na força produtiva trazem consigo aperfeiçoamento na divisão social do trabalho, em determinado agrupamento. A análise das mudanças ao longo da história e a relação de subordinados e mandantes dentro da divisão do trabalho é a perspectiva materialista da história. Dentro desta perspectiva, é necessário entender como as forças produtivas entram em contradição com a ordem social vigente – a exemplo da Revolução Burguesa, quando o desenvolvimento das forças produtivas chegou a tal ponto que a produção não mais conseguia conviver com uma Aristocracia controladora e cheia de vontades.

Essa nova perspectiva marxista da história abre novos caminhos não só para a ciência da história, mas também, e talvez principalmente, para as recém-nascidas ciências sociais. Várias das correntes sociológicas e antropológicas receberam e

discutiram – e ainda discutem – as concepções marxistas de economia, história e filosofia. Assim como Marx afirmava que toda a filosofia alemã de então era influenciada direta ou indiretamente por Hegel, podemos afirmar também que grande parte do mundo contemporâneo é influenciada por Marx e as reviravoltas que suas análises e teses fizeram. Os grupos políticos em geral funcionam negando as concepções marxistas, transformando ou afirmando-as⁶.

⁶ Para o "bem" ou para o "mal", afinal o mundo foi palco de ditaduras (o chamado "capitalismo de Estado", ditaduras que se justificavam falsamente no marxismo, ou num marxismo falso; a noção de capitalismo de Estado é apresentada no capítulo "Espetáculo Difuso e Espetáculo Concentrado" do presente trabalho.

2 - Os situacionistas e Debord

2.1 – Apresentação

O que aconteceu com o contexto da nascente industrialização em que Marx encontrava-se ao ter escrito os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*? Como se solidificou o modelo de produção capitalista e o que ele tornou-se, da metade do séc. XX para frente, após duas grandes guerras? E a suposta polarização política do mundo, divididos em nações capitalistas e nações comunistas? O que se tornou nossa sociedade mercantilizada, no seu hiper-desenvolvimento econômico? A análise contida no livro de Guy Debord, *A Sociedade do Espetáculo*, pode ser encarada, como defendido neste trabalho, como uma atualização da crítica dos escritos e práticas de Karl Marx. Uma breve história do pensamento de Debord talvez ajude a entender como ele chegou ao desenvolvimento de sua análise.

Desenvolvendo uma crítica atual e ferrenha, Debord tenta nos mostrar o que é o capitalismo no atual grau de sua evolução técnica e econômica⁷. E não é somente uma interpretação teórica, mas também uma crítica à própria *práxis* social de então, de forma que resulte também em atividades práticas e revolucionárias no cotidiano de nossas vidas. Debord não foi um pensador teórico, trancafiado em um gabinete de algum Departamento de Sociologia ou de Filosofia de alguma Universidade na França. Suas considerações foram resultados de suas pesquisas e leituras e de suas vivências militantes e literárias. Sua participação predominante na Internacional Letrista (I.L.) foi fundamental para sua crítica – anterior à obra *Sociedade do Espetáculo* – à arte. Da sua crítica à arte, foi um salto pequeno para uma crítica global ao que ele conceituou de Espetáculo.

⁷ O livro foi publicado pela primeira vez em 1967, um ano antes do famoso *Mai de 68*, mês e ano em que ocorreram diversas manifestações, que começando em Paris, espalharam-se pela França e tiveram eco em outros países, e apesar de mais de cinquenta anos de sua primeira publicação, sua análise continua sólida e suas "premonições" consistentes com os acontecimentos e situações históricas no decorrer da década.

O Surrealismo, surgido também através do Dadaísmo, mostrou que há um lugar onde tudo é possível, mas sempre colocou esse lugar como imaginário, lugar dos sonhos, dos desejos inconscientes, a liberdade *na* arte, mas não da arte. A vida *real* continuava tediosa e oprimida pela economia que se tornou objeto interno do social – ainda não havia uma crítica prática e cotidiana.

Debord afirma que os dois movimentos são as duas correntes que marcaram o fim da arte moderna. Considerando ambos como contemporâneos de uma última grande investida do movimento revolucionário proletário, fracassaram, pois permaneceram estritamente no campo da arte, assumindo sua paralisia. Limitando-se a arte, os dois movimentos não alcançaram a radicalização crítica que Debord desenvolve. E apesar de historicamente ligados, surrealismo e dadaísmo opõe-se, porque este quis suprimir a arte sem realizá-la e aquele quis realizar a arte sem suprimi-la: "a supressão e a realização da arte são aspectos inseparáveis de uma mesma *superação da arte*." (DEBORD, 2009, p.125)

O movimento dadaísta, segundo Debord, fez um ataque mortal às concepções tradicionais de cultura e o movimento surrealista propôs maneiras efetivas de luta contra os mecanismos desconcertantes da burguesia. Nesse sentido, o situacionismo deveria levar o dadaísmo e o surrealismo às suas conclusões lógicas, ou seja, o situacionismo deve tornar-se um movimento político revolucionário, ligado a mudança radical da vida cotidiana e do modo de produção.

A arte separada surge num primeiro momento em que há uma separação sua do universo religioso da comunidade e torna-se produção individual de obras separadas. Este é, para Debord, o começo de sua dissolução. As civilizações antigas, majoritariamente agrárias, não tinham *arte* nem *cultura* tal como as entendemos hoje; elas *eram* uma cultura, coincidindo o termo cultura com o todo social. Com o início da idade moderna começa então a lenta história de dissolução da arte, até a idade moderna.

O barroco é o início de um processo de intensificação dessa separação e, portanto, da dissolução da arte:

"Do romantismo ao cubismo, o curso geral do barroco foi seguido por uma arte sempre mais individualizada da negação, que se renova perpetuamente até a atomização e a negação completas da esfera artística." (DEBORD, 2009, p.123)

Contemporaneamente à sua atomização, a arte torna-se consumo. A arte de determinada época está à disposição de ser colecionada como lembrança. Essa disponibilidade museológica da arte de todas as épocas expressa, como movimento negativo.

Também o surgimento da idéia de fazer *a arte pela arte* é um dos cumes dessa separação de arte e vida, tornando-se (a arte) um local à parte, de específica atuação. Dessa forma, a arte em nossa presente sociedade capitalista, quando engajada nessa pedante formulação de "a arte pela arte", não passa de uma grosseira caricatura involuntária do capital

O movimento Situacionista surge justamente com a proposta de uma superação da arte - pelo menos dessa arte que vira *local do possível*, onde o resto dos locais fica como o do *permitido*. Não há espaço na Internacional Situacionista para uma vanguarda artística e sim para uma negação que supera a própria arte. Mario Perniola resume essa questão muito bem:

"A recusa da arte do resto já foi formulada categoricamente no primeiro número da I.S.(periódico lançado pelo grupo): não pode existir uma arte situacionista, mas, eventualmente, um uso situacionista da arte." (PERNIOLA, 2009, p.21)

Não havia mais motivos, para esse grupo de pessoas, em *fazer* arte, mas sim viver a arte e de forma que ela não se torne uma peça a ser idolatrada. Assim, a vivência pregada pela teoria situacionista é uma crítica já a própria alienação que encontramos na arte, onde os objetos produzidos são mais desejados do que a própria criação. Há uma perda da própria vivência artística, onde não se incentiva o *fazer*, mas sim o *consumir*. É justamente esse tipo de arte passiva que os situacionistas negaram com sua própria prática ética, política e estética. O espaço do possível, contido no objeto artístico antes de mais nada, não realizava-se, a liberdade ficava contida na idéia expressa, mas não vivida. Essa proposta situacionista de arte e vida é justamente o claro entendimento da décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach, de que "os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*". Fazendo uma apropriação desta tese, pode-se vislumbrar uma das formas de pensar dos situacionistas e, portanto, de Guy Debord: "não importa os artistas *representarem* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*".

A vida não deveria ser substituída por representações, mas é isso que acontece no espetáculo. A realidade cotidiana é uma sobrevida (no sentido de sobrevivência tediosa ao invés de uma "vida plena") e suas representações acabam tendo autonomia sobre o coletivo. Dessa forma, gera-se um sistema de passividade, onde os sonhos e desejos são vividos nas representações (o perigo da palavra substituir a experiência, num sentido amplo); estas são as artes, as idéias, as filosofias, as novelas e, enfim, toda uma *indústria do entretenimento* que representa tudo o que não é vivido diretamente⁸.

Submetidos ao espetáculo, sendo agentes do mundo das representações, intelectuais e artistas engajados em seus discursos representativos esquecem que o

⁸ Essa noção aplica-se também à política, num sentido mais estrito, das Democracias Representativas, onde no fundo não faz muita diferença votar no "fanteche" da esquerda ou no da direita, afinal ambos não mudarão a lógica mercantilista da produção através dos métodos eleitorais vigentes.

mundo está aí para ser mudado, principalmente as questões que afetam a vida diretamente, como as desigualdades, as opressões morais, a burocracia, a mídia corporativista, que mais desinforma do que informa, as escolas que não passam de currais pedagógicos. Não adianta somente expressarmos isso em idéias e obras⁹, temos que organizar-nos de forma a combater isso, seja na própria forma de fazer a arte, subvertendo-a para uma libertação, ou mesmo de fazer filosofia, vivendo-a mais do que *lendo-a*. Para o tipo de pensamento desenvolvido pelos situacionistas, mais vale uma dança espontânea do que uma produção artística que vise quebrar com algum *movimento artístico* anterior, quebrando padrões somente representativos, ou seja, inofensivos para uma mudança efetiva da sociedade que moldou-se de uma forma que fagocita e transforma em mercadoria qualquer coisa que não a questione globalmente, vendendo seu peixe e fetichizando a vida.

Enxergando o movimento artístico de então como retrógrado, no sentido de estar inserido no *modus operandi* da sociedade de consumo, Debord e os situacionistas querem abolir essa arte que não passa de circulação de mercadorias de luxo, onde artistas, críticos, mercadores de arte, diretores de galerias, não passam de peões desse maquinário. A arte complacente com a burguesia não deve ser envolvida em qualquer atmosfera de vanguardismo revolucionário, muito pelo contrário, é uma arte *vendida*.

Essa extrema politização e consciência revolucionária fazem da I.S. (Internacional Situacionista) um grupo de pessoas imediatamente ligadas ao tempo histórico e as mudanças radicais que decorreram no século XX. Sempre com um olhar crítico contextualizado, conseguem expor suas análises de forma muito bem estruturada, enxergado com afinco a mercantilização da vida e da arte do começo do século até então. Uma das propostas iniciais é, portanto, a *superação* da arte – onde por superação

⁹ Lógico que isso faz parte de um processo de reconhecimento da sociedade para si mesma, uma tomada de consciência às beiradas, onde os aspectos e processos negativos manifestam-se de alguma forma, mas para Debord, a arte separada deve ser abandonada em favor da práxis revolucionária.

podemos entender o velho conceito hegeliano que, traduzido para o português, virou *suprassumir* (expus o conceito na primeira parte do trabalho). Não só destruir a arte, mas negá-la afirmando uma própria síntese dessa negação, o surgimento de uma vida diferente. É uma negação e uma afirmação, uma crítica e uma realização. Nega-se justamente para alcançar um nível superior.

Para Debord, "a arte tem a tarefa de subtrair o tempo e tornar eternas experiências vividas; contrapõe-se, por isso, à vida, exatamente porque imobiliza, materializa, reduz à coisa a existência subjetiva do indivíduo; além disso, ela é uma forma de pseudo-comunicação que obsta a comunicação direta entre indivíduos" (PERNIOLA, 2009, p. 20). Essa exposição do que considera arte vai de encontro com algumas das teses presentes na *Sociedade do Espetáculo*, como, por exemplo, a categórica tese 4: "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (DEBORD, 2009, p. 14).

Para os situacionistas, a arte e o artista deveriam, se comprometidos com a mudança real da sociedade, apropriar-se das ferramentas que dispõe para projetar conteúdos liberatórios e projetos de vida mais apaixonantes e evitar, à todo custo, cair nessa mediação das imagens. Debord não condena de todo o uso de imagens, até porque ele mesmo já produziu um filme e zines, mas sim o que ele sustenta nesta quarta tese, a mediação completa da vida por imagens. Ou seja, dependendo do uso que façamos, há legitimidade revolucionária ao usarmos a arte e a imagem (muito provavelmente Hakim Bey usa desse pensamento ao idealizar o *Terrorismo Poético*, uma guerra semiótica contra nossa sociedade consumista e imagética).

Uma das práticas iniciais e que deram nome ao grupo foram a criação de situações. Criar uma situação não era meramente uma instalação artística ou algo parecido, apesar de ter gerado grupos artísticos que se apropriaram dessa noção de situação e desenvolveram esse tipo de instalações e performances. A situação seria uma

superação da arte, porque nela se manifestaria plenamente aquela abundância de energias vitais que é estrangida e reificada pela própria existência de um produto artístico, de uma obra de arte: ela é inseparável do seu consumo artístico imediato, como valor de uso essencialmente estranho a uma conservação sob a forma de mercadoria. A situação não consegue se reduzir a uma obra, que como tal viraria uma mercadoria.

Uma situação não é clara e concisa e pode ser confundida com outras formas de expressão política. No mais, parece-me uma prática altamente existencial. Para Perniola, o conceito de situação "parece, às vezes, designar um instrumento operativo intermediário entre a vida alienada e a sociedade sem classes, outras vezes, enfim, a sociedade comunista efetivamente realidade" (PERNIOLA, 2009, p.28).

2.2 - A crítica da sociedade

"Aqueles que falam de revolução e luta de classes sem se referirem explicitamente à vida cotidiana, sem compreenderem o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa das coações, esses têm na boca um cadáver." (Vaneigem, p. 31)

À partir da década de sessenta, a Internacional Situacionista começa a romper definitivamente com a "ala artística", debruçando-se sobre a crítica ao capitalismo e às novas formas de vida consumistas e passivas. Essa politização via com urgência a produção de uma crítica renovada, adaptada à esse novo capitalismo e seus mecanismos, urgem a criação de uma teoria que abranja as novas revoltas, os novos contextos sociais e políticos. Enxergavam algumas revoltas pontuais, mas não encontravam uma teoria por trás, portanto queriam produzir essa teoria, para criar mais estrutura para tais revoltas e incitá-las mais ainda.

Nessa crescente politização e crítica social, nasce uma atenção à *vida cotidiana*, que para Debord e os situacionistas, é justamente onde mais sentimos a degradação do modo de produção capitalista. Com a explanação das noções de trabalho e alienação na parte sobre Marx, podemos vislumbrar o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, o que aconteceu com os contextos de trabalho na segunda metade do século XX.

O trabalho ganhou uma ascensão moral. Trabalhar é ser digno. Vagabundos, preguiçosos, desempregados, artistas, são todos mal vistos pela nossa sociedade, que tem como Deus o trabalho e a mercadoria. Assim, portanto, uma grande parcela da sociedade torna-se proletária – não no sentido de trabalhador fabril e industrial, lógico, mas massivamente submetida ao trabalho, geralmente por volta de dois terços das horas de um dia. E as poucas horas livres tornam-se horas de consumo, afinal se não houver

consumo, o capital não gira, o lucro não entra. Assim, a vida cotidiana torna-se, por excelência, o espaço de remoção, "porque é o lugar de todas as verdadeiras possibilidades que faliram e de todos os verdadeiros desejos que foram reprimidos pela organização capitalista do trabalho" (PERNIOLA, 2009, p.47).

Neste ponto, Debord aponta uma contradição da moral burguesa do trabalho. Essa mesma moral que prega o trabalho admite concorrentemente que o trabalho é desperdício de tempo, vendendo o tempo livre como o tempo real da vida – mas esse mesmo tempo livre é colonizado pelo espetáculo como tempo livre para consumo. A sociedade prospecta a felicidade sob o aspecto da passividade confortável do tempo livre.

Levando em conta, então, que a vida cotidiana nos diz muito sobre uma sociedade, Debord critica veementemente os estados socialistas e sua burocracia autoritária. Afinal, o que realmente mudou na vida cotidiana dos cidadãos soviéticos, que os caracterize como verdadeiramente emancipados e socialistas? No fundo, o trabalho era idolatrado tanto no bloco socialista quanto no comunista. Em um, temos o empresário controlando o capital; no outro, temos uma cúpula burocrata no lugar do empresário, pormenorizado no capítulo "Espectáculo Difuso e Espectáculo Concentrado". As relações de trabalho continuam as mesmas, a vida cotidiana continua vazia.

A nova crítica nascente no movimento situacionista dá atenção às práticas revolucionárias que provoquem algum rompimento com a vida cotidiana maçante. Deve-se elaborar uma nova noção de felicidade e liberdade que não sejam a escolha entre as marcas "A", "B" ou "C", ou qual pacote de turismo uma família irá comprar ao final do ano. A questão não é somente a miséria no sentido alimentar (e lógico que não devemos achar que não é um problema sério), mas, após a etapa de suprimir a miséria alimentar, instalou-se, na Europa em que Debord vivia, a miséria da vida cotidiana. Aqui cabe pincelar que os países de terceiro mundo ainda encontram-se na luta contra a

miséria alimentar e não devemos nunca descartar os movimentos sociais que lutam por melhorias concretas de milhões de famílias que ainda encontram-se em estado de miséria. Mas levando em conta que Debord e seus compatriotas não nasceram na América Latina ou no Sudeste Asiático, podemos ao menos entender essa crítica do esvaziamento da vida cotidiana.

Sobre a vida cotidiana, Perniola assinala que os situacionistas ora referiam-se a ela como negatividade, ou seja, espaço de supressão, desapropriação e estranhamento que a sociedade capitalista e as burocracias causavam; ora tratavam-na justamente como o espaço legítimo de ações revolucionárias. A vida como experiência vivida pode ser o ponto de partida de toda uma libertação do sistema. A primeira noção é justamente a noção que indica o total domínio totalitário da economia sobre a vida presente; e entre a cotidianidade atual e a vida na sociedade revolucionada não há qualquer vínculo.

A vida tornou-se algo arrastado e consumista. Trabalha-se por uma sobrevivência medíocre e sem paixão, assim tornou-se o cotidiano do trabalhador europeu. Claro, agora ele consegue comprar uma televisão, um carro, um pacote de viagens para sua família, mas esvaziou-se por completo a grande vitalidade que deveria existir. O espetáculo coloniza o máximo que pode o cotidiano, vendendo em cada canto até suas micro mercadorias, até o descanso é colonizado.

Essa crítica à vida cotidiana, portanto, leva à seguinte distinção: vida e sobrevida; viver e sobreviver. O contexto da sociedade em que Debord vivia era ditado pelo "terror" da polarização mundial e o intento fundamental do poder, capitalista ou burocrático (o espetáculo *difuso* e o espetáculo *concentrado*, que é pormenorizado no capítulo de mesmo nome), segundo Debord e os situacionistas, é a organização detalhada e capilar de um estado de narcose massiva, de passividade e de docilidade que se assemelha a um suicídio postergado e implica a renúncia total dos submetidos a qualquer atividade criativa ou iniciativa autônoma:

"A sociedade neo-capitalista cria inúmeras necessidades físicas sem satisfazer as fundamentais: os seus produtos conservam em si mesmos uma falta essencial de significado e de qualidade, que a sua mera abundância quantitativa não pode suprir."

(VANEIGEM, 2002, p. 43)

A garantia de grandes quantidades em nada corresponde à qualidade de uma nova vida. A sociedade pós-guerra vende a idéia de que o mundo melhorou e muito, que agora temos microondas e carro para (quase) todos, mas encobre, através da indústria cultural, toda a maçante vida cotidiana que nos é imposta.

Radicalizando a questão da vida cotidiana e da subjetividade, temos na Internacional Situacionista a figura de Raoul Vaneigem, que escreveu o *A Arte de Viver para as novas gerações*, que em questão de estilística é bem diferente do livro *Sociedade do Espetáculo*, tendo como base uma escrita mais prolixa e menos pontual que Debord, eu diria que Vaneigem é mais explosivo e Debord mais implosivo, se isso fizer algum sentido. Mas apontam para uma conjunção. Nessa concepção radical de vida e subjetividade, Vaneigem afirma que "existem mais verdades em 24 horas da vida de um ser humano do que em todas as filosofias" (VANEIGEM, 2002, p.26). Continuando esse pensamento, afirma que todos os filósofos tentam gritar ao mundo suas verdades, enxergando tudo de pernas para o ar e afirmando que é o único que está realmente em pé, permanecendo assim no centro de seu delírio. Creio que tanto Marx quanto Nietzsche e outros filósofos concordariam plenamente com essa constatação. Sobre a docilidade que nosso contexto social capitalista nos impõe, comparando com a docilidade dos mitos religiosos e justamente falando sobre a queda desses mitos com o iluminismo e o nascimento de uma sociedade científica, porém capitalista, Vaneigem diz:

"A docilidade já não emana de uma magia clerical, resulta de uma *multidão de pequenas hipnoses*: informações, cultura, urbanismo,

publicidade, mecanismos de condicionamento e sugestões prontas a servir todas as ordens estabelecidas e futuras."

(VANEIGEM, 2002, p.27)

E ainda radicaliza:

"A luta entre subjetividade e aquilo que a corrompe está prestes a alargar os limites da velha luta de classes. Renova-a e torna-a mais aguçada. A opção de viver é uma opção política. Não queremos um mundo no qual a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio." (VANEIGEM, 2002, p. 20)

Enfim, fica claro que para os situacionistas a questão marxista da luta de classes não pode ser resumida literalmente; e também que uma verdadeira revolução social e política não será mudar o padrão empresário capitalista para o padrão burocrata. A revolução deve almejar novas formas de vida que não condicionadas à passividade consumista. Vaneigem finaliza seu prefácio: "A *Arte de Viver* faz parte de uma corrente subversiva que ainda não disse tudo. O que o livro expõe é uma simples contribuição entre outras para a reedificação do movimento revolucionário internacional. A sua importância não deveria escapar a ninguém, pois ninguém, com o tempo, escapará às suas conclusões" (VANEIGEM, 2002, p.21), ou seja, os situacionistas apesar de um certo aspecto lúdico, encaram-se com a mesma seriedade dos movimentos revolucionários mais tradicionais, apesar de várias críticas aos modelos de hierarquia vertical e partidarização com interesses outros que não revolucionários. Calcam-se num marxismo renovado e ativo, vindos de uma crítica contundente à arte e ao consumismo passivo e alienado.

Também a verdade da teoria revolucionária é confirmada na sua prática. Por exemplo, a existência do *soviete* era sua verdade teórica, assim como a mais alta verdade teórica da Associação Internacional dos Trabalhadores era sua própria existência prática. A teoria da *práxis* se confirma tornando-se teoria prática.

Essa seriedade é acentuada por Debord, com a escrita mais implosiva, como disse antes, e a estrutura de seu livro ser pautada em teses/aforismos contundentes e afiados como um bisturi cirúrgico. O aspecto do jogo e da criação acaba sendo abandonando em favor de uma teoria que eleve a prática a um patamar de mais fácil concretização, além de formar uma teoria muito mais forte e estruturada, uma teoria que se comprove na prática e que sua verdade seja a ação, afinal "a fusão do conhecimento e da ação precisa realizar-se na própria luta histórica, de tal modo que cada um desses termos coloque no outro a garantia de sua verdade" (DEBORD, 2009, p.59)

2.3 - O espetáculo e mercadoria

"O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem." (Debord, p. 25)

O que é então o espetáculo? Debord assim dá nome ao cume histórico do desenvolvimento capitalista, das forças de produção industriais, que dão vazão ao reino da quantidade da mercadoria, "é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente" (DEBORD, 2009, p.14). Para além do local de produção, a economia dominou a própria sociabilização, tanto na forma de instituições como no próprio *way of life* (capitalista ou comunista). A força de produção chegou a tal grau e vontade que sua abundância tornou-se causa e consequência de toda uma estrutura de coações: "O caráter tautológico do espetáculo decorre do simples fato de seus meios serem, ao mesmo tempo, seu fim." (DEBORD, 2009, p. 17)

Tais coações são justamente o que caracterizam a vida cotidiana no espetáculo. Essa vida é regada pela mercadoria, tanto na sua produção quanto no seu consumo. O espetáculo é também o mundo global, ou seja, o capitalismo liberal e o capitalismo de estado (assim Debord chama o socialismo soviético, posteriormente é feita a exposição de como Debord analisa tal assunto). Segundo Debord, o espetáculo é, também, "a afirmação da aparência e afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo o descobre como *negação* visível da vida" (DEBORD, 2009, p.16) assim como é também a aparência do reino da economia.

A negação da vida é justamente o cotidiano massacrante, o estabelecimento de uma vida não criativa, massacrada por um dia inteiro de trabalho e uns poucos dias de

consumo, sempre saciando o ciclo da mercadoria. Com a devida atenção à vida cotidiana, que Debord e os situacionistas declararam como essencial, é fácil concluir que há uma produção industrial de modelos de vida, onde seguimos vedetes irrealis de comportamento, voltadas para o trabalho e para o consumo. Como cume da economia, é justamente o domínio da intimidade da vida humana, afinal a economia já dominou os homens totalmente, "ele nada mais é que a economia desenvolvendo-se por si mesma" (DEBORD, 2009, p.18).

Como reino da aparência e da negação da vida social, o espetáculo é continuação da degradação do ser na forma de definir a realização humana. Quanto mais a economia desenvolveu-se, chegando ao processo industrial, mais forte acelerou-se o processo de degradação do *ser* para o *ter*. Para Debord:

"A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo "ter" efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última."

(DEBORD, 2009 p.18)

A aparência reina: a mercadoria tem valor tanto de uso quanto de aparência. A aparência reina: nossa intimidade é regrada mais por aparentarmos algo do que efetivamente o sermos.

Como reino da aparência, o espetáculo tende a "*fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana..." (DEBORD, 2009, p. 18). Viver no mundo da aparência é como estar na absorção contemplativa de um olhar morto e prolongado, onde na superfície tem-se a sensação de constante mudança (milhares de

novos produtos, marcas, acontecimentos que a mídia propagada, um constante não-parar social), mas a estrutura continua intacta – o modo de produção capitalista afirma-se sempre, apesar da *aparente* movimentação na superfície.

A sociedade como espetáculo está dominada pelas mercadorias. O reino da aparência é a dominação da vida por nossa "antiga inimiga", a mercadoria. O núcleo desse tipo de produção, a capitalista, contém a mercadoria (assim como a alienação), e desenvolveu-se por ela. Assim, como já dito anteriormente, é uma produção de *quantidade*, de *abundância*. E na sua força, tornou-se universal, "ao unificar a Terra como mercado mundial" (DEBORD, 2009, p.29).

Para Debord, a mercadoria faz parte de uma economia que tornou-se toda um processo de desenvolvimento quantitativo. Assim, em termos de quantidade, temos uma força de produção que já extrapola a questão da sobrevivência, mas só no número, sem efetivar de fato para todas as pessoas. Tal crescimento, portanto, libera até certo ponto (sempre mantendo uma parcela social à beira da miséria) a sociedade da "pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas, agora, é do libertador que ela não consegue se livrar" (DEBORD, 2009, p. 29).

A presente economia, baseada na quantidade, que é a lógica da mercadoria, pode livrar-nos da pressão da sobrevivência, pelo menos nos números produzidos (apesar de não distribuídos, como já dito), mas ao mesmo tempo, devido à sua força e à própria lógica de sua produção, a mercadoria em sua abundância domina a vida – e assim nasce nossa sociedade do espetáculo. Sua força expande-se não só na quantidade de mercadorias, mas na transformação qualitativa das relações, que antes eram relações e agora são especificamente relações *mercantis*. Para Debord, "a abundância das mercadorias (...) já não pode ser senão a *sobrevivência ampliada*" (DEBORD, 2009, p. 30).

Inicialmente, antes da revolução industrial e o surgimento das fábricas, a mercadoria ainda era tímida. O dinheiro e a mercadoria eram como emissários de um pleno poder ainda desconhecido. Ainda não dominava a vida social, nem a economia. Foi com a revolução industrial, a divisão do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, que "a mercadoria aparece como uma força que vem *ocupar* a vida social" (DEBORD, 2009, p.30).

O espetáculo – economia dominada pela mercadoria – é um sistema econômico fundado no isolamento e como tal é uma produção circular de isolamento. "O isolamento fundamenta a técnica; reciprocamente, o processo técnico isola" (DEBORD, 2009, p, 23). Assim, as mercadorias por excelência (as mais idolatradas) nessa economia são justamente as que reforçam o constante isolamento das "multidões solitárias". Do automóvel à televisão, "o espetáculo encontra sempre mais, e de modo mais concreto, suas próprias pressuposições" (DEBORD, 2009, p.23) montando um circo de multidões que mal se encaram, isoladas em seus confortos e desconfortos, cada um atento à sua própria ascensão salarial para aumentar o espectro de mercadorias que pode *viver* (consumir).

2.4 - Proletariado e Burguesia

Há uma nova forma de enxergar essas duas classes para além do período histórico da industrialização. Debord expande essas noções às diversas classes que existiram na história. Por exemplo, os escravos em Roma eram o proletariado de então. Lógico que ainda não havia uma burguesia no sentido de classe mercantil, mas havia quem tocasse a produção – e assim caracteriza-se o proletariado. Debord afirma que houve somente uma revolução e essa foi a revolução burguesa da virada do séc. XVIII. Essa revolução, que é consequência do crescimento extraordinário da classe mercantil, imprime o germe do que será a sociedade do espetáculo. Debord também afirma que no século XX, a força da mercadoria e, portanto, da economia é tanta que acontece um processo de proletarização do mundo, uma deusificação do trabalho. Pretendo expor aqui essas diferenças entre o pensamento de Debord e Marx.

Debord atualiza os conceitos de proletariado e burguesia, expandindo-os como classes universais da história – não há proletariado somente com a indústria, tampouco a burguesia. O proletariado é condição histórico-social, existente em toda nossa *pré-história*¹⁰. Por exemplo, os escravos em Roma eram o proletariado daquele sistema e a aristocracia era a burguesia. Essa expansão perverte o sentido original das palavras, mas amplia o espectro crítico. O conceito de burguesia, portanto, não é estritamente a classe mercantil desenvolvida, mas a classe que *detém* a economia. O proletariado é quem *faz* a produção, ou seja, quem *toca* a produção para frente, o *pode produtivo*.

Nessa revisão histórica, Debord afirma também que houve somente uma única revolução de fato na história e essa revolução foi a Revolução Burguesa. Nesse sentido,

¹⁰ No sentido marxiano, de que ainda estamos na pré-história humana.

a burguesia é a grande vencedora das revoluções sociais, tomando as rédeas de uma economia que já era sua. As rebeliões dos servos não derrubaram os barões, os escravos da Antiguidade não derrubaram os homens livres. Ou seja, há linearidade do materialismo histórico perde algum do seu sentido a partir dessa constatação, afinal a "guerra de classes" não foi nada além de pequenos conflitos localizados. Não houveram revoluções reais que levaram um modo de produção específico a outro patamar, como Marx explica. Segundo Debord:

"... a burguesia é a única classe revolucionária que sempre venceu; ao mesmo tempo, é a única para quem o desenvolvimento da economia foi causa e consequência de seu domínio sobre a sociedade."
(DEBORD, 2009, p. 57)

A Revolução Burguesa da virada do século dezoito foi o ponto culminante desse domínio – dela temos o germe do que é a sociedade do espetáculo no mundo contemporâneo; a partir dela temos o pleno desenvolvimento da mercadoria e da mercantilização da vida. Assim, Debord tem a burguesia e o proletariado como as únicas classes revolucionárias, com a diferença de que aquela já fez sua revolução, enquanto o proletariado tem uma "revolução-projeto".

Contemporaneamente, Debord também afirma que houve uma proletarização do mundo, como expus antes. A maioria dos ofícios, trabalhos e empregos estão submetidos há uma lógica fabril de execução. Hoje temos trabalhos intelectuais e "serviços" dentro dessa lógica fabril de produção.

Marx não assistiu às inovações de Henry Ford, aplicando as idéias de Frederick Taylor, causando um *boom* na produção. Este foi um salto essencial para a instauração do espetáculo, pois é parte essencial de sua disposição, como dito antes, a escolha dentre mercadorias – e para ser possível tal escolha, deve acontecer essa *abundância de mercadorias*. O drástico aumento na produção de mercadorias teve por consequência

um grande barateamento de seu custo no varejo. No caso de Henry Ford, o trabalhador ficou possibilitado a ter um automóvel. Debord assistiu a toda essa transformação e viu a transformação das massas em grandes grupos de consumidores proletários. Com a expansão do modelo fordista para todas as áreas da produção humana, aconteceu a antes citada proletarização de todas as categorias de trabalho. A lógica da produção, onde tempo é dinheiro, permeou-se até criar a idolatria total do trabalho.

O trabalho não é mais da sobrevivência fisiológica, como era no início da industrialização. Agora é um trabalho de sobrevivência no consumo, permitindo um salário que potencializa o poder de compra (aumentando também as vendas). Na fase primitiva de acumulação capitalista, a economia política só via o proletário como operário, que deveria receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho. Com a abundância da mercadoria precisa-se de mais compradores, com uma super abundância, que é o espetáculo, a sociedade deve ser uma sociedade de consumo, e tão somente. Todo proletário deve ser disponível também como consumidor, até em seus lazeres e tempo livre. Ou seja, a abundância exige uma colaboração a mais. O reino da mercadoria atinge tudo, afinal todas as suas atividades serão vinculadas à produção de mercadorias. A negação total do homem assumiu a totalidade da existência humana.

Essa racionalização da produção, aumentando em larga escala sua eficiência, alastrou-se para além das indústrias automobilísticas e afins. Antes disso, o capitalismo industrial convivia com bolhas de economia domésticas, pequenos agriculturas, pequenos produtores não-capitalistas de mercadorias. Depois do alastramento do *fordismo*, tem-se a gradativa dissolução desses redutos. O capitalismo, assim, adquiriu capacidade para espalhar-se rapidamente.

2.5 - Espetáculo Difuso e Espetáculo Concentrado

O "bloco capitalista" (difuso) e o "bloco socialista" (concentrado), que dividiam o mundo aparentemente, funcionavam como complementos. A União Soviética não foi uma economia socialista, mas sim um capitalismo de estado. A polarização do mundo nos chamados blocos capitalista e socialista é entendida por Debord como uma polarização na aparência. Cada bloco é a pseudonegação total do outro, mas coagindo no *espetáculo* integrado, são dois lados da mesma moeda. Há, portanto, uma *divisão mundial das tarefas espetaculares*. Entre os dois pólos, apesar das diferenças, esconde-se a *unidade da miséria* (no sentido situacionista de miséria da vida).

As nações capitalistas, com sua abundância de mercadorias das mais variadas, dão às pessoas um leque extenso de escolhas *espetaculares*¹¹ – é, portanto, o *espetáculo difuso*. Nele temos uma diversidade de *vedetes*, ou seja, vários modelos de identificação (2- uma expressão dessa diversidade de *vedetes* são o que chamamos hoje de *tribos urbanas*, onde grupos de pessoas são identificados por determinado padrão de consumo, que engloba música, filmes, roupas, lugares, etc)

"As vedetes existem para representar tipos variados de estilos de vida e de estilos de compreensão da sociedade, (...)" (DEBORD, 2009, p. 40)

Mas mesmo essa diversidade encontra-se sob a égide única da *vedete* do consumo, afinal independentemente de qual *vedete* o indivíduo se identifica, ele está consumindo e é iludido de que é através desse consumo que encontrará a felicidade.

¹¹ Escolher entre a marca A, B ou C, enquanto no bloco socialista disponibiliza-se uma única marca E – de Estado – garantindo a sobrevivência em geral.

A abundância de mercadoria gera pseudonecessidades. Onde impera o *espetáculo difuso*, impera a ordem Trabalho-Consumo. Certamente este consumo não é nenhuma necessidade autêntica. Não há necessidade orgânica quando há abundância de mercadorias, exceto para a parte da população que pela lógica da mercadoria está excluída do consumo. A abundância, na lógica espetacular, jamais é para todos. Ocorre uma falsificação da vida social para os incluídos no consumo e uma realização da miséria para os excluídos. A abundância é real, mas sua realização é falsa.

O *espetáculo difuso* é fruto do desenvolvimento direto das Revoluções Burguesas dos séculos XVIII e XIX. Tem um sistema político, econômico, social e policial derivado das consequências dessas revoluções. Segundo Debord, o espetáculo difuso acompanhou "a abundância de mercadorias, o desenvolvimento não perturbado do capitalismo moderno" (DEBORD, 2009, p. 43).

As atualizações críticas de Debord levam inevitavelmente à uma crítica do "bloco socialista". E não só as atualizações de Debord, como também uma visão marxiana (e Debord é marxiano), sem as vendas nos olhos de uma esquerda institucionalizada e operante dentro do próprio espetáculo, pode-se vislumbrar o quão longe de um verdadeiro comunismo o "bloco socialista" se encontrava. Para começar, o socialismo como uma etapa de controle totalitário do estado não devia virar um regime permanente.

Debord enxergava a extinta União Soviética como tendo uma economia de capitalismo de Estado. Essa economia caracteriza-se pela mesma lógica mercantil de produção, mas ao invés da figura do burguês empresário temos o Estado e sua burocracia. No momento em que o Estado foi tomado e transformado pelo movimento bolchevista na segunda década do século XX, temos, segundo Debord, o marco do

nascimento do *espetáculo concentrado*: a representação operária opôs-se radicalmente à classe.

Também se distingue o nível da força produtiva, que ali é menos desenvolvida. Segundo Debord, com um desenvolvimento menor (também chamado de *industrialização tardia*) combinado com sua característica estatal de propriedade burocrática, o bloco socialista apresenta-se como *espetáculo concentrado*:

"A mercadoria que a burocracia controla é o trabalho social total, e o que ela revende à sociedade é a sobrevivência como um todo."
(DEBORD, 2009, p.43)

Levando em conta esse descompasso da potência das forças produtivas, Robert Kurz, economista contemporâneo, afirma que a Revolução Socialista e seu bloco são equiparáveis às revoluções burguesas de dois e três séculos antes. Segundo Kurz, as características são bem semelhantes com os sistemas econômicos estatais que conhecemos com mercantilismo dos séculos XVII e XVIII. Podemos citar o monopólio do comércio exterior, fixação estatal de preços, propriedade estatal dos meios de produção mais avançados (que na época eram as manufaturas).

Neste tipo de espetáculo, deve haver uma figura central, a *vedete* única com que todos devem se identificar. A novela principal são as peripécias do partido e o super-herói é o epicentro. Sem dar margem a outros tipos de escolha (a mercadoria única é a sobrevivência), aqui o espetáculo concentrado age com violência, para manter sob controle possíveis outras escolhas que ameacem sua própria existência, "onde o espetacular concentrado domina, a polícia também domina" (Debord, p.43).

Segundo Debord, o modelo bolchevique, aliado às condições de atraso da Rússia e a omissão do movimento operário dos países industrialmente avançados permitiu essa inversão contra-revolucionária (o que Kurz chama de "descompasso histórico"). Como capitalismo de Estado, assemelhado aos sistemas econômicos mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, o movimento bolchevique tornou-se o partido proprietário do proletariado, tomando a representação estatal e eliminando no essencial as formas anteriores de propriedade.

A partir da segunda década desde a Revolução de 1917, a sociedade burocrática soviética submeteu a população campesina a um brutal sistema de terror, realizando assim uma intensa acumulação primitiva de capital jamais vista. Para Debord:

"Essa industrialização da época stalinista revela a realidade última da burocracia: ela é a continuação do poder da economia, a salvação do essencial da sociedade mercantil que mantém o trabalho-mercadoria. (DEBORD, 2009, p. 71)

Nada mais é que a prova viva da independência da economia sobre os aspectos sociais e políticos. Como já afirmado por Debord, a economia chegou a tal ponto de força que impõe suas próprias vontades às sociedades. Neste caso, da sociedade soviética, a burocracia totalitária é apenas uma classe dominante substituta. A propriedade privada capitalista enfraquecida é substituída por um subproduto simplificado, menos diversificado, *concentrado*. Essa forma subdesenvolvida de classe dominante é também fruto do subdesenvolvimento econômico (tanto que encontramos o bloco socialista majoritariamente em nações de Terceiro Mundo, pós-coloniais). O projeto soviético acabou virando um projeto de recuperar o atraso da economia dessas regiões, mas sem mudar a lógica mercantil essencial.

3 - Considerações finais

Muitas das considerações de Debord podem ser decepcionantes para uma esquerda partidária e institucionalizada, conformada com mecanismos eleitorais, sem conseguir pensar além do quadro referencial da ordem ocidental democrática. Também faz reconhecer a ilusão de ótica de que o bloco socialista era uma opção ao modo de produção capitalista; não passava de um capitalismo retardatário.

A obra de Debord gerou novas práticas de contestações que não se prendam às engessadas atuações políticas que o espetáculo nos oferece. Muitos dos veículos que estão a nossa disposição, explicitamente políticos, estão já envenenados desde a raiz, como o sistema partidário brasileiro, embrenhado e promíscuo com o poder econômico e dominado por famílias tradicionais. Novas formas de atuação e organização política apareceram ao longo do século XX, algumas até mesmo diretamente influenciadas pelos situacionistas.

Será que o sistema que o espetáculo nos oferece, sistema esse que associa cidadania com posse civilização com paradigma consumista anglo-saxônico, conseguirá se sustentar por muito tempo? As dúvidas expressam-se nos congressos e encontros internacionais que vêm ocorrendo nos últimos anos. Arrisco dizer que são inúteis, pois, apesar de todo o esforço na idéia de economia sustentável, os projetos em geral não se desvinculam da lógica mercantil – lógica mais autoritária que vários dos regimes ditatoriais que tivemos ao longo da história. No presente, podemos ver a Grécia sendo coagida pelos planos e metas de agências externas, como o FMI. As ditas democracias ocidentais têm cada vez mais necessitado de remédios amargos para suas economias, suprimindo direitos e, portanto, a própria democracia.

Com a queda do Muro de Berlim e do espetáculo concentrado, o regime democrático ocidental precisa de um novo inimigo, que foi sendo criado no imaginário através de filmes, fatos exagerados e caricaturas – o terrorismo. O cume definitivamente é o Onze de Setembro (09/11), o atentado às Torres Gêmeas de Nova Iorque, televisionado mundialmente. Há quem diga que o atentado foi fabricado pelo próprio governo norte-americano. Sendo ou não fabricado pelo próprio governo, caiu-lhe como uma luva, afinal, com justificativas anti-terroristas, o governo restringiu liberdades e garantias individuais e invadiu nações soberanas – a indústria bélica agradece. Trocamos a paranóia comunista pela paranóia terrorista. Trocamos a figura do soldado soviético pelo *jihadista* muçulmano, o jogo continua.

De uma perspectiva *espetacular*, a idéia de desenvolvimento sustentável é uma falácia. A economia da abundância, a lógica da mercadoria, não indexa a si mesma uma restrição estrutural. Uma economia sustentável para o planeta será, necessariamente, uma economia não-capitalista. Para Kurz, a economia tende ao colapso. Isso não é difícil de imaginar; a exclusão social não diminui, em alguns lugares chegou a aumentar. O desemprego está com taxas tão altas que fazem a taxa de desemprego da crise de 1929/32 (o "crack" da bolsa de Nova Iorque) um sonho inalcançável.

Fala-se muito, também, em aquecimento global. A aplicação do modelo *fordista* à agricultura permitiu um salto quantitativo impressionante na produção de alimentos, mas ao mesmo tempo a monocultura destrói o solo, além das questões sobre os transgênicos e *agrotóxicos*. Além, é claro, das safras queimadas por serem excesso, para se manter o preço alto. Vivemos uma sociedade de *cultura tóxica*. Na linha marxiana, uma nova sociedade é necessariamente desvinculada da instituição consumista e da produção desnecessária.

Hoje o Leste Europeu parece mais ameaçador do que antes. É como se o capitalismo não soubesse o que fazer com ele; as figuras caricatas que surgem no poder

político, com uma herança bélica nuclear da União Soviética, são mais imprevisíveis que o velho Brejnev¹².

Às novas formas de organização e atuação política devem ser incorporados novos estilos de vida, que vislumbrem uma transformação da produção. A idéia de trabalho deve ser questionada. A economia como se encontra atualmente não arrecada a massa de pessoas disponíveis ao trabalho, gerando assim uma taxa de desemprego absurda. Não é mais sustentável a idéia de um trabalho compulsório de oito horas diárias. A automação da produção deve distribuir equidade de trabalho e não gerar desemprego. Se um sistema de produção mantiver-se baseado na produção de valor e no lucro, o colapso é iminente, tanto econômico como social (cada vez mais gritante ao passar dos anos).

Tais ativismos partem também de contestações e mudanças dentro da vida cotidiana, como alertado pelos situacionistas. Não adianta uma mudança externa se não acompanhada de uma reviravolta na forma de se viver. A submissão à mercadoria deve ser encarada como inimiga da prática realmente revolucionária.

Apesar das novas formas de organização política que apareceram, inclusive um renascimento da crítica na década de 90, ainda não se tem uma proposta clara de uma nova sociedade. Muitos grupos de características reformadores, que não radicalizam sua crítica, mantêm-se atados à instituição do consumo. Esta já se mostrou insustentável tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista biológico – as desigualdades aumentam e a Terra dá sinais climáticos, consequência da produção abundante e irracional.

¹² Leonid Brejnev – Foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, cargo mais alto do país, de 1964 a 1982 e presidente entre 1977 e 1982.

O trabalho alienado, descrito por Marx como característica marcante do proletariado do século XIX, expandiu-se para praticamente todas as atividades humanas, fazendo grande parte da população terrestre uma massa submetida à lógica da abundância. Marx, há um século e meio, já apontava o absurdo do trabalho alienado, submetendo o humano à condição de coisa. Agora, mais do que nunca, colhemos as consequências desta submissão: há uma grosseira alienação do homem com a natureza. Sem querer aqui vender a vedete *new age*, afinal esta não questiona a lógica da mercadoria e do consumo, mas é necessário pensarmos a relação estabelecida entre o homem e a natureza. A produção ignora o equilíbrio necessário do meio ambiente e a ciência encara a *physis* como uma ignorante objetividade (além de que a ciência está submetida aos patrocínios de empresas e indústrias, que no final das contas querem aprimorar a produção e elevar os lucros). Há, portanto, uma alienação na produção material e intelectual.

É necessário vislumbrar um mundo que não esteja submetido à mercadoria, ao império de sua abundância autoritária. Uma reforma institucional não pode modificar essa essência. O comunismo projetado por Marx é nada mais que o começo de uma história da criatividade humana, onde a produção já desenvolvida permite o pleno domínio da sobrevivência física, mas, ao contrário do que ocorre hoje, a produção estaria dominada pela vontade humana e não o contrário. A automação da produção será voltada para diminuir ao mínimo de horas necessário do trabalho e não para aumentar a produção e o lucro; a justa distribuição, afinal a produção já está num grau de desenvolvimento que permite a todas as pessoas a sobrevivência.

É interessante notar também que o situacionismo e os escritos de Debord influenciaram boa parte dos movimentos artísticos posteriores, movimentos estes que se ligavam à idéia de dissolução da arte. Talvez qualificá-los como "movimentos artísticos" não seja a melhor opção, afinal uma cultura revolucionária, uma arte

revolucionária, na concepção situacionista, deve necessariamente estar ligado a uma política revolucionária.

Levando em conta o teor artístico do surgimento do situacionismo e de Debord, são inúmeros os movimentos ligados à arte e à política que apareceram sob a influência de suas idéias. Uma boa referência que trata do assunto é o livro "Assalto à Cultura" de Stewart Home, onde são abordados e pormenorizados tais movimentos e apresentando discussões teóricas no campo da estética, também influenciado por Debord e pelos situacionistas.

4 - Referência bibliográfica:

BEY, Hakim – *Caos, Terrorismo Poético e outros crimes exemplares*. 1º edição. Ed. Conrad, 2003.

DEBORD, Guy – *A Sociedade do Espetáculo*. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FROMM, Erich – *O conceito marxista de homem*. Edição não informada. São Paulo: Zahar, 1962.

GUATTARI, Félix – *Caosmose, um novo paradigma*. 1º ed. Rio de Janeiro: 34, 2006.

HOME, Stuart – *Assalto à Cultura*. 1ºed. São Paulo: Conrda, 1999.

KURZ, Robert – *Com todo vapor ao colapso*. 1º ed. Rio de Janeiro: UFJF/PAZULIN, 2004.

MARX, Karl – *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl – *A Ideologia Alemã*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERNIOLA, Mario – *Os situacionistas*. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2009.

REICH, Wilhelm – *Psicologia de Massas do Fascismo*. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VANEIGEM, Raoul – *A Arte de Viver para as Novas Gerações*. 1º ed. São Paulo: Conrad, 2002.

